



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6963

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado, não tramitado

**Autoria:** Ruy Adriano Borges Muniz

**Data:** 01/08/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a proibição de contratação e nomeação de parentes e afins, no âmbito da Administração Pública Municipal dos Poderes Executivo e Legislativo de Montes Claros.

**Controle Interno – Caixa:** 26.3      **Posição:** 58      **Número de folhas:** 06

---

Espece: PL  
Categoria: não tramitado; não votado  
nº: 26.3  
Ordem: 68  
nº fls. 04



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Vereador – J Ruy Adriano Borges Muniz.

ASSUNTO:

**Fica Autorizado Criar no Âmbito da Administração Pública Municipal dos Poderes Executivo e Legislativo, a Proibição de Contratação e Nomeação de ~~Parentes e Afins, das Autoridades que Menciona, Segundo o que Dispõe.~~**

## MOVIMENTO

1 - **Entrada em – 01/08/2006**

1 - **Comissão Legislação e Justiça**

2 -

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

Ass. Muniz  
01/08/06  




## **Câmara Municipal de Montes Claros**

Gabinete do Vereador Ruy Muniz

**Projeto Lei                      /2006**

**Fica autorizado criar no âmbito a administração pública municipal dos poderes executivo e legislativo, a proibição de contratação e nomeação de parentes e afins, das autoridades que menciona, segundo o que dispõe.**

O Povo de Montes Claros, por seus representantes, decretou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder executivo Municipal de Montes Claros, primando pela moralidade, pela legalidade, pela impessoalidade, pela eficiência, pela transparência, visando à moralização do serviço público municipal, fica proibido contratar cônjuges, companheiros, parentes por consanguinidade até terceiro grau, parentes por adoção e por afinidade como genros, noras e sogros das autoridades municipais dos poderes Executivo e Legislativo no âmbito dos respectivos poderes, no município de Montes Claros-MG.

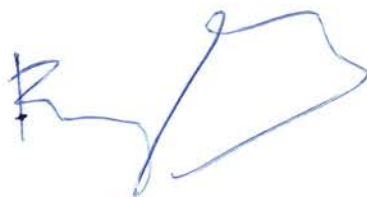
**Art. 2º** - O artigo primeiro estende-se ao prefeito, vice-prefeito, secretários, chefes de seções, presidente da Câmara Municipal, vice-presidente da Câmara Municipal e Vereadores.

**Art. 3º** - Ficam proibidas as contratações de parentes no âmbito da administração direita e indireta ou fundacional dos poderes Executivo e Legislativo municipais, segundo dispõe o artigo 1º.

**Art. 4º** - Todos os cargos administrativos e técnicos nas repartições públicas municipais, serão preenchidos por aprovação em concurso público, exceto os de comissão e livre nomeação desde que respeitados os ditames dos artigos 1º e 2º, na conformidade desta lei.

**Art. 5º** - Os atos de nomeações dos servidores para os cargos de confiança ou de recrutamento amplo, serão obrigatoriamente publicados na imprensa local.

**Art. 6º** - Fica proibida a troca de funcionários nas repartições públicas por indicação de qualquer autoridade municipal.





## **Câmara Municipal de Montes Claros**

Gabinete do Vereador Ruy Muniz

**Art. 7º** - Todos os pretendentes ao cargo de secretários serão sabatinados pela Câmara e pela população em Audiência Pública, para análise de documentos e comprovação de conhecimento técnico, ocasião em que deverão demonstrar competência para ocupar a pasta pleiteada.

**Art. 8º** - A população, através de representantes de entidades da sociedade civil organizada, e os vereadores farão análise prévia da relação contendo os nomes dos candidatos, aferindo o grau de parentesco com o prefeito, vice-presidente da Câmara e vereadores, conforme art. 1º desta Lei.

**Art. 9º** - Conforme o artigo anterior, ficando comprovado o parentesco do candidato selecionado com as autoridades indicadas nos artigos. 1º e 2º, os nomes não serão aceitos, devendo haver nova seleção.

**Art. 10º** - Caso vigorem nomeações de servidores em afronta ao que dispõe esta Lei, as autoridades responsáveis e os indicados aos cargos serão responsabilizados civil, administrativa e criminalmente, de acordo com a legislação aplicável.

**Art. 11º** - O servidor público municipal, de qualquer categoria e esfera, que tiver conhecimento da ocorrência de algum caso no qual incida esta Lei, deverá informar imediatamente ao Presidente da Câmara Municipal e este deverá dar conhecimento formal ao Ministério Público, ao prefeito municipal e à coletividade, para adoção das medidas cabíveis.

**Art. 12º** - Tendo conhecimento do que dispõe o artigo anterior e, quedando-se inerte, o servidor ou autoridade será responsabilizado civil, administrativa e criminalmente.

**Art. 13º** - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 14º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 28 de junho de 2006

  
Vereador Ruy Muniz - PFL

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
04/07/2006	
HORA: 10:40	
ASS:	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 01 DE AGOSTO DE 2006  
  
PRESIDENTE

**Câmara Municipal de Montes Claros**

SALA DAS COMISSÕES

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006 QUE “FICA AUTORIZADO CRIAR NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, A PROIBIÇÃO DE CONTRATAÇÃO E NOMEAÇÃO DE PARENTES E AFINS, DAS AUTORIDADES QUE MENCIONA, SEGUNDO O QUE DISPÕE.”, DE AUTORIA DO VEREADOR RUY ADRIANO BORGES MUNIZ.**

**I - RELATÓRIO**

Nos termos *art.67 e 68* do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitir parecer sobre a constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação das matérias que lhe forem submetidas, através das proposições que lhe são encaminhadas.

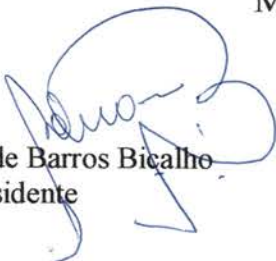
Ao analisar o presente Projeto, a Comissão verificou que projeto idêntico está tramitando na Casa e já com parecer emitido por esta Comissão.


De acordo com o art.160 do Regimento Interno, citado no Parecer da Assessoria Legislativa, não é permitido ao vereador apresentar proposição que guarde identidade ou semelhança com outra em andamento na Casa

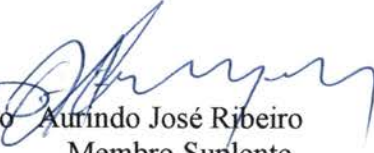
**CONCLUSÃO**

Desta forma, resta o projeto em questão prejudicado por força da norma regimental.

Montes Claros, 01 de setembro de 2006.

  
Ademar de Barros Bicalho  
Vice-presidente

  
Coriolando da S. R. Afonso  
Membro Suplente

  
Aurindo José Ribeiro  
Membro Suplente



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 QUE “Fica Autorizado Criar no Âmbito a Administração Pública Municipal dos Poderes Executivo e Legislativo, a Proibição de Contratação e Nomeação de Parentes e Afins, das Autoridades que Menciona, Segundo o que Dispõe,” de autoria do Vereador Ruy Adriano Borges Muniz.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O Artigo 160 do Regimento Interno prevê que dois projetos versando sobre o mesmo assunto não podem tramitar concomitantemente.

O mesmo projeto foi apresentado pelo Vereador Ruy Adriano Borges Muniz e encontra-se em tramitação nesta casa, tornando prejudicado o presente.

Assim sendo, somos de parecer que o presente projeto encontra-se prejudicado tendo em vista a tramitação de outro idêntico apresentado anteriormente.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 24 de agosto de 2006.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605